



**ST6. HISTÓRIA AGRÁRIA DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA SOCIAL E AMBIENTAL**

295

**A ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE: AS POLÍTICAS DE ACESSO INSTITUCIONAL E AS PERMANÊNCIAS NA SOCIEDADE RURAL PARAIBANA<sup>1</sup>**

*Luiz Mário Dantas Burity<sup>2</sup>  
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro<sup>3</sup>*

**Resumo:** Este texto é resultante da pesquisa *Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais, espaços para a difusão dos ideais estadonovistas (1937-1945)*, em parte financiado pelo CNPq. No seu curso foram observadas as notícias do jornal *A União* sobre a Escola de Agronomia do Nordeste. Inaugurada em 1936, essa instituição foi barganhada pelas oligarquias locais com o governo federal. Assim, tem como objetivo discutir os termos desse pacto que foi firmado. Tal pacto terminou por influenciar as políticas de acesso a referida escola. A partir dos referenciais teóricos de Hobsbawm (1998) e Gramsci (2013) percebemos o papel das tradições na consolidação da hegemonia dos segmentos dominantes ao tecer a fabricação da ciência vinculada à tradição agrícola e modernismo. Verificamos que os mitos de origem serviram à manutenção da estrutura da sociedade rural local, uma vez que a ciência agrônômica conquistou um distintivo social já conferido aos juristas.

**Palavras-chave:** Instituição Educativa. Sociedade Rural. Escola de Agronomia do Nordeste.

## INTRODUÇÃO

Em tempos de crise no mundo ocidental as nações criadas em meio à prosperidade da sociedade burguesa do século XIX tiveram de haver-se com o colapso de seus horizontes. Mas o caos não sobrevive sozinho, ele sempre inaugura uma nova

<sup>1</sup>Esse trabalho foi desenvolvido no curso do projeto de iniciação científica que se intitulou *Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais, espaços para a difusão de ideais estadonovista (1937-1945)*, coordenado pelo professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e parcialmente financiado pelo CNPq.

<sup>2</sup>Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: marioburity@hotmail.com

<sup>3</sup>Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vinculado ao grupo de pesquisa "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR-PB) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade (PPGE/UFPB).

era com as inúmeras possibilidades que se abrem em perspectiva. Eric Hobsbawm (1995[1994])<sup>4</sup> evidencia que o século XX iniciou com a longa guerra deflagrada na Europa, seguida, no entanto, por consequências irreversíveis para todo o mundo. Nos trinta e um anos de guerra (1914-1945) as nações imperialistas cessaram fogo, mas mantiveram o conflito ininterrupto no curso das rotas comerciais. Como a humanidade não parou em razão da catástrofe do mundo burguês, sujeitos e instituições se resignificaram a partir da falência da política e economia liberal.

A América Latina encontrou na crise da hegemonia europeia a possibilidade de reconfigurar seu papel na divisão internacional do trabalho e se inseriu no jogo de forças políticas que ora assimilou ora confrontou a ascensão de regimes autoritários de direita. Getúlio Vargas não foi indiferente a esse processo, estabelecendo um projeto de centralização política que visou o fortalecimento do Estado Nacional. Nesse cenário uma Escola de Agronomia foi criada no estado<sup>5</sup> da Paraíba sob promessa de oferecer outro destino às populações nordestinas.

A Escola de Agronomia do Nordeste, criada pelo poder público em 1934 e inaugurada dois anos depois, desempenhou uma função estrutural no desenvolvimento da proposta estatal empenhada nacionalmente por Getúlio Vargas. Enquanto palco de ensino e pesquisas agronômicas sua existência institucional representou um espaço fundamental para as barganhas da oligarquia latifundiária do Nordeste agrícola e o grupo político que ascendeu ao poder na dita *Revolução de 1930*, redesenhado a cada momento, ao passo que redesenhava também sua administração.

Mas a fundação de uma instituição desse porte no estado da Paraíba representou também um momento de ampla resignificação de tradições. A começar pela tradição bacharelesca da elite brasileira, que de acordo com Lilia Schwarcz (1993) esteve aportada, principalmente, nas faculdades de Direito e Medicina. Junto com a ciência agrônoma que trazia consigo, esse estabelecimento educativo propôs também a emergência do Estado no meio rural brasileiro, até então arbitrado pelo mandonismo dos coronéis.

Nesse sentido, esse texto teve como objetivo compreender as questões envolvidas pelo processo de criação dessa instituição de educação superior, ponderando as barganhas empenhadas localmente por uma oligarquia ávida por poder em relação ao sentido conferido pelos intelectuais do pós-30 ao Estado nacional brasileiro. Para tanto foram consideradas as notícias publicadas no jornal *A União*, periódico de maior circulação à época e que se autointitulava *órgão oficial do Estado*<sup>6</sup>.

Partindo da tradição materialista da história foram apropriados os referenciais analíticos propostos, sobretudo, por Antonio Gramsci (2013[1933]; 2014[1932]), no que concerne à transição de *hegemonias* e ao papel dos *intelectuais* na composição da *organização da cultura*. Também foi utilizada a discussão empreendida por Eric Hobsbawm (1998[1970]) no intento de discorrer as tradições e inovações que compõem os *sentidos para o passado*. E por fim, da compreensão de Demerval Saviani (2007, p.4) acerca das *instituições escolares*:

---

<sup>4</sup>O ano citado entre colchetes se refere à primeira versão do texto em referência. Em casos em que o texto tenha sofrido modificações severas entre as edições aparecerá o ano da última revisão.

<sup>5</sup>O termo "Estado" aparece como substantivo próprio, leia-se com a primeira letra maiúscula, quando se refere ao órgão de administração pública, seja em esfera local ou nacional, porém é descrito como substantivo comum, ou seja, com a primeira letra minúscula, sempre que se referir ao estado como território paraibano.

<sup>6</sup>O referido periódico foi consultado no arquivo público Waldemar Bispo Duarte, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC, e na Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo.

além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de uma necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer.

Mas o que deve permanecer? Para compreender como todo esse mundo de barganhas políticas foi solidificado na fundação de uma instituição de educação superior na Paraíba é preciso refazer os passos dessa história.

## **O ALICERCE DE UMA ESCOLA AGRONÔMICA EM SOLO PARAIBANO: AS BARGANHAS ENTRE GOVERNO CENTRAL E PODER LOCAL**

297

Os investimentos em educação tiveram uma característica bastante particular entre as décadas de 1930 e 1940. Devido à sua importância no processo de criação e consolidação de tradições, não somente pela construção de novos prédios escolares, que representou a expansão de vagas nos estabelecimentos de ensino em variados níveis, mas também os conteúdos ministrados foram objeto de especial atenção dos gestores públicos brasileiros. A maior expressão do destacado interesse em torno desse universo da vida social foi o cuidado com o qual os intelectuais, de diversas áreas de conhecimento, analisaram as necessidades de instrução peculiares a cada população e espaço. Estabelecidas em conjunto, todas as partes desse país rico em diversidade deveriam retribuir o investimento estatal corroborando ao bem do todo, constituindo-se, assim, um projeto minuciosamente elaborado em busca do fortalecimento da unificação nacional.

Nesses termos, seis meses depois de ocuparem o Estado, os revolucionários de 1930 estabeleceram a sua primeira reforma do ensino. Assumindo as propostas dos intelectuais do movimento dos pioneiros da Escola Nova e sob a agenda do seu ministro da Educação, Francisco Campos, foram legalizadas as transformações que deram forma aos procedimentos de um regime político cuja missão era fortalecer o Estado e perpetuar a imagem dos ditos heróis de 1930 como seu principal mito fundador.

Com a criação do estatuto da universidade, que incorporou as reformas implementadas no decreto 19.852 de 11 de abril de 1931 sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, Francisco Campos, em consequência ao projeto maior dos novos administradores, tinha como objetivo centralizar as competências das instituições de ensino superior nas mãos do governo federal. Diante dessa atitude o ministro reconhecia o poder formador e unificador da elite nacional e corroborava ao especial reconhecimento dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia<sup>7</sup>. Conforme Arnaldo Romero (2011) a existência dessas especialidades estava legalmente reconhecida no documento citado como fundamental à equiparação de uma universidade<sup>8</sup>.

Dessa forma, quando em 1934 os gestores paraibanos iniciaram a forte propaganda que guiaria a Escola de Agronomia do Nordeste ao longo de suas primeiras

---

<sup>7</sup>Naquele momento havia uma distinção formal entre os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Agrônômica, por vezes referidos apenas como Engenharia e Agronomia, respectivamente. É necessário enfatizar, porém, que a ementa dessa primeira formação era muito mais geral do que é hoje conhecido, vez que ao longo de sua história foi separada em diversos campos específicos de conhecimento.

<sup>8</sup>Havia ao momento uma pretensão de constituir nas Universidades espaços de investigação e ciência pura, congregando diversos cursos em uma mesma direção intelectual que, nas palavras de Francisco Campos era desejável que não tivesse aplicação imediata, servindo assim à imprescindível formação das elites em favor da cultura nacional. (CAMPOS *apud* ROMERO, 2011).

duas décadas de existência institucional, já estavam determinados nos bastidores uma poderosa campanha entre as oligarquias locais e o governo central pelos termos de um pacto de convivência que aquela instituição tinha por finalidade tornar permanente.

As propagandas prometiam, assim, um estabelecimento revolucionário e cuja finalidade primeira seria a prosperidade da comunidade que o cercava em corroboração ao progresso nacional. Em seu tom, portanto, parecia muito bem resolvido o papel essencialmente agrícola do Nordeste no desenvolvimento do todo e o caráter necessariamente agrônomo de qualquer melhoria que se propusesse efetiva no meio rural paraibano. Mas, nenhum silêncio ou pacto de convivência, escapam às entrelinhas de um texto, de forma que já nas primeiras notícias em torno da promessa de criação do “distinto estabelecimento educativo” pode-se verificar a insatisfação com a carreira direcionada às elites paraibanas: "Hoje nos chega a Escola de Agronomia, amanhã a de Direito, cujo curso superior do bacharel, já ha sido suscitado pela nossa imprensa local. A isso, pois, já se impunha o nosso Estado, há longos anos." (A UNIÃO, 21 jan. 1934, p. 5).

Há, portanto, nesses termos uma espécie de confissão das condições iniciais que perfizeram esse pacto: não era possível criar àquele momento um curso de Direito, tal qual era almejado havia mais de um século por aquela elite ávida por um título que lhe fizesse distinta, mas o governo federal ofereceu o tal instituto agrônomo que se bem não fizesse mal não iria fazer, de forma que as oligarquias se apropriaram desse espaço e tentaram fazer dele o distintivo social já tradicionalmente consentido aos bacharéis juristas.

Em um exercício necessário à sua manutenção no poder, Getúlio Vargas articulou via concessão de uma instituição de ensino superior, uma aproximação das oligarquias agrárias para junto do seu regime, porém não o suficiente para trazê-las de volta ao Estado. Cercava-se assim de uma campanha responsável pelo fortalecimento de sua imagem pública, e ao mesmo tempo afastava qualquer outra personalidade que ameaçasse a sua sucessão na presidência da República, como foi o caso, por exemplo, do José Américo de Almeida.

Nos termos oficiais do referido pacto ficou decretado que o governo federal ficaria obrigado a contribuir com 250 contos de réis anuais e com o aparelhamento de todos os laboratórios da referida instituição. Entretanto, a condição exigida para a sua manutenção foi a de enviar fiscais anualmente para tomar conhecimento da situação de funcionamento da escola. Ao governo do estado, coube em contrapartida, a responsabilidade com as demais despesas, além da construção dos seus prédios. Para tanto, foi aberto um crédito de 600 contos de réis. (A UNIÃO, 13 jan. 1934, p. 1).

Até a sua federalização, em 1950, os administradores da Escola de Agronomia do Nordeste e os interventores/governadores paraibanos batalharam constantemente pela manutenção desse recurso, à época um dos mais altos direcionados a um órgão público no estado da Paraíba. Mas, antes de ler esse vínculo entre os grupos políticos locais e nacionais como sinônimo de dependência é preciso pensar como havia nesse contexto uma imperativa disputa de hegemonias.

Se no tempo do mandato de Epitácio Pessoa na presidência da República a Paraíba havia alcançado seu auge diante da conformação do poder nacionalmente (LEWIN, 1993), a partir de então, em razão das conseqüentes crises que abalaram as safras paraibanas e o prestígio de suas oligarquias, sua ordem política e econômica viveu momentos de anunciada decadência. Diante desse cenário os latifundiários, que em tempos da Primeira República conheceram as benesses de uma economia próspera e representação nacional forte, se organizaram de múltiplas formas não só para manter o

prestígio do qual outrora foram detentores como também para assegurar à sua parentela os primeiros lotes dos investimentos direcionados ao Estado.

Com uma forma de organização política que lhes era própria essas verdadeiras quadrilhas familiares petrificaram o paternalismo comum aos seus arranjos em torno de novos mitos de fundação. Nesse sentido, a criação de uma Escola de Agronomia foi situada em um passado necessariamente construído em torno dos ditos revolucionários de 1930, mas que, ainda, apresentava esses grandes homens diante de uma relação de favoritismos e concessões prática essa que se enraizou na experiência da cultura política dos paraibanos. Eis nessa formulação os ideais republicanistas tal qual foram apropriadas na Paraíba, onde as tradições dos coronéis contornaram a cidadania conhecida pelos homens do campo e da cidade.

Em ocasião da entrega dos diplomas à primeira turma de técnicos agrícolas da Escola de Agronomia do Nordeste estiveram presentes alguns dos mais ilustres senhores da sociedade paraibana, como foi bem citado nos noticiários à época. Estavam entre eles o dr. Carvalho de Araújo, diretor da Escola e ao mesmo tempo representante do Interventor Federal Argemiro de Figueiredo, paraninfo da turma, o prefeito da cidade de Areia José Cunha Lima, o padre Antonio Costa, o professor Sud Menucci, o dr. Carlos Bastos Tigre, representando o dr. José Augusto Trindade, o dr. Nelson Maciel, diretor do Aprendizado Agrícola de Bananeiras e Luis Medeiros (A UNIÃO, 18 dez. 1937, p. 1). Todos esses senhores foram ouvintes do longo discurso do orador da turma Octávio Symphorio de Oliveira que ressaltou as novas exigências da Nação. Naquele mesmo discurso teceu uma breve narrativa acerca da história da instituição educativa pela qual a compreendia como:

Nascida do cérebro de João Pessoa, num sonho multicôr de esperanças vivas, passou ao coração de José Américo num sentimento puro de brasilidade e amor à sua terra; foi ouvida por Getúlio Vargas, que a sentiu por deferência como necessidade, esteve nas mãos de Gratuliano de Britto, como o gesso nas mãos do architecto que dá forma e, finalmente, nas mãos e no coração de Argemiro de Figueirêdo – o idealista moço e trabalhador que tão bôa hora a nossa pequenina Parahyba. (OLIVEIRA, 18 dez. 1937, p. 7).

Em outros momentos o jornal *A União* já havia publicado textos com conteúdo semelhante ao que foi exposto na narrativa acima, porém o destaque é merecido não só pela eloquência de seu palestrante como também pela posição institucional que ocupara até então. É certo que a celebração da primeira turma de formandos é fundamental ao processo de consolidação de qualquer estabelecimento de ensino, mas a editoração da referida fala deixa transparecer em sua narrativa a pomposidade da noite como um apogeu. Mas, antes de tecer considerações mais expressas acerca da importância desse sujeito no espetáculo que se montava deve-se observar mais detidamente o conteúdo do discurso proferido, afinal, longe de qualquer inocência política os nomes de João Pessoa, José Américo de Almeida, Getúlio Vargas, Gratuliano de Brito e Argemiro de Figueiredo têm razões específicas para estarem associados à criação da referida escola.

É necessário lembrar que àquele momento a pouco mais de um mês que havia passado desde a instauração do regime de exceção que se fez conhecer como *Estado Novo*. Mas, seu significado de fato esteve tomado antes pela surpresa com a qual os principais grupos políticos brasileiros encararam a nova situação administrativa do país e como mito de fundação acerca da nova centralidade em torno da figura de Getúlio Vargas do que de fato enquanto inovação. Na verdade desde sua chagada ao Estado esse

presidente governara o país apenas com um breve controle constitucional, a partir de 1934. Sua administração se consolidou pela grande interferência dos seus correligionários de 1930.

Todavia, essa constatação não é possível sem que se perceba a profunda elasticidade do gerenciamento político elevado pelo homem de São Borja a fim de garantir a sua permanência no cargo de maior destaque nacional. Ao ter reprimido a dita Revolução Constitucionalista de 1932 o mesmo empenhava-se na elaboração de uma nova política econômica para o país e prometia uma constituição. Quando pronta, em 1934, essa nova carta apresentou um caráter em tudo apaziguador estancando os principais grupos políticos que já se preparavam para a campanha dos seus candidatos às prometida eleição de 1938. Mas, a democrática constituição teve uma vida curta, destacando-se a falta de interesse do poder instituído o seu efetivo exercício. Assim, logo que sufocada a Intentona Comunista, em 1935, o discurso da ameaça vermelha legitimou os consecutivos estados de sítio sob os quais Getúlio Vargas governou, resultando no golpe de 1937.

Ao entoar as figuras de João Pessoa e José Américo de Almeida, o senhor Octávio Symphorio de Oliveira proferiu uma palestra que já não condizia com o tom que os discursos oficiais brasileiros passariam a ser entoados a partir do referido golpe. Ele legitimou os propósitos políticos com os quais a Escola de Agronomia do Nordeste foi pensada e tinha como símbolo maior a sucessão presidencial pelo candidato paraibano, José Américo de Almeida, o que significaria, enfim, a retomada dos privilégios outrora destacados à elite paraibana. Mas, os seus planos de ascensão política foram traídos pelo curso do espetáculo personalista que se estabeleceu nacionalmente e José Américo, enganado pelas promessas de apoio a campanha sucessória. Tal episódio afastou-o da cena política nacional por quase sete anos.

A menção do nome de João Pessoa pelo referido formando merece aqui destaque. Tendo sido assassinado muito antes de qualquer movimentação em torno da criação de uma escola agrônômica na Paraíba o discurso é marcado por um profundo anacronismo. Todavia, ele sabia bem o poder que a imagem do presidente morto possuía e usou-a a favor da legitimidade da instituição pela qual fora diplomado. Quanto à menção a José Américo de Almeida ele de fato foi um dos mais importantes interlocutores entre os interesses das oligarquias rurais paraibana e o governo central quando das primeiras aspirações em torno da fundação de um estabelecimento de ensino superior em Areia. Afinal, tratava-se de sua cidade natal, que nos termos apresentados pelos seus idealizadores à época possuía o clima e altitude ideais à experimentação agrícola, além de um pequeno centro contando com tudo que os discentes poderiam necessitar, como pensões, cinema sonoro, teatro, cafés, bilhares, bancos agrícolas e todos os recursos que a cultura erudita poderia oferecer, assim como linhas de ônibus para a Capital e outras regiões nordestinas e uma vida barata: "Areia é portanto cidade ideal para os que estudam pois oferece conforto, ambiente propício ao trabalho, distrações indispensáveis ao espírito sem o inconveniente do bulício e das tentações das grandes cidades" (A UNIÃO, 25 jan. 1940, p. 1). Foi assim instalada onde outrora existiu um engenho, tendo sido preservado em sua estrutura física a casa grande e o estaleiro, junto à roda do engenho, a casa de purgar, o picadeiro e a casa da caldeira. Assim, toda memória, vinculada a cultura material do passado que fora marcada pelo trabalho manual. Trabalho esse que tanto a elite rejeitava destinando-o quase que exclusivamente aos pobres e aos sem educação. Todavia, ali estava presente, materialmente falando, tudo o que representava um passado economicamente rico e que deu sustentação ao pleno exercício de poder político e social.

Areia fora também o berço de um grupo oligárquico bastante poderoso que desde o final do século XVIII constituíram ali os seus latifúndios. Horácio de Almeida (1980[1957]) em suas memórias do *Brejo de Areia* descreveu os espaços daquela cidade tomada pelos latifúndios mais destacados do século XIX, sempre com um tom saudosista, evidenciando seus clubes literários e a associação que fundou o teatro. Nesse intento o autor permite perceber como todo esse requinte constituído em torno de uma mesma vila afirmava o poder desses grandes homens tomados já àquele momento por intelectuais reconhecidos pela sua ilustração. É necessário lembrar, porém, que em tempos da Primeira República o poderio dessa cidade esteve ameaçado pela construção da estrada de ferro cuja finalidade foi alcançar os produtores rurais da Paraíba. Como rememorou Gervácio Batista Aranha (2006[2001]) os trajetos da linha férrea foram alvo de uma longa disputa entre os grupos políticos das diferentes cidades paraibanas, cujo resultado foi desastroso para Areia, que além de concorrer em desvantagem com os demais produtores, ainda esteve fora do processo de modernização cujo maior símbolo no momento fora a Maria Fumaça.

A partir de 1930, José Américo de Almeida ocupou o Ministério de Viação e Obras Públicas, um dos mais bem colocados em relação às dotações financeiras do Estado e respondeu pelos aspectos infraestruturais, mas que em virtude da dificuldade de resolver os problemas econômicos tão cruciais, teria minado o projeto progressista da nova administração: como exemplo da seca e da dificuldade de transporte entre regiões distantes do país. Nesse cenário, ao conceber um estabelecimento de ensino superior no brejo de Areia, o então ministro devolvia a modernidade para os latifundiários daquela região.

Mas, o célebre escritor de feições regionalistas foi também o político responsável pela indicação dos interventores que assumiram o Estado paraibano na década de 1930. De acordo com Martha Falcão de Carvalho e Moraes Santana (2000[1999]) o primeiro foi Antenor Navarro, cujo trágico acidente de avião impediu a permanência no cargo para além de 1932, em seguida Gratuliano de Brito, que condensou em torno de si o carisma local associado ao *americismo* e só então Argemiro de Figueiredo, que em alguns momentos assumira o Estado em ocasião das viagens de seu antecessor, mas que ocupara de fato esse cargo a partir de 1935.

Conforme José Luciano de Queiroz Aires (2013[2006], p. 137) "em nome da memória de João Pessoa, os interventores paraibanos governaram. Buscaram legitimação". Assim, é imperativo perceber como a partir do estabelecimento do golpe militar de 1937 deu-se uma transição entre as imagens heroicas de José Américo para Argemiro de Figueiredo: até aquele momento o romancista areense se destacara como o herdeiro político das aspirações de João Pessoa. Nesse sentido, a solenidade de formatura dos primeiros técnicos agrícolas da Escola de Agronomia do Nordeste representou a transição do *americismo* para o *argemirismo*, cujo maior símbolo foi a escolha de Argemiro como patrono da turma concluinte.

O discurso fechava sua breve história do estabelecimento educativo àquela noite com a engenharia de Argemiro de Figueiredo, responsável naquela narrativa pela concretização de todos os sonhos narrados em sua efetiva criação. Tomando consequência como causa, o palestrante da festividade abriu espaço para que fosse reafirmado como toda concepção de passado está necessariamente vinculada as interpretações feitas no presente e dessa forma para que também fosse projetada uma nova realidade social. A formatura da primeira turma de técnicos agrícolas da Escola de Agronomia do Nordeste, assim, consolidava o seu efetivo funcionamento na sociedade paraibana, galgando uma posição distinta frente ao governo federal: já não eram as condições objetivas de seu funcionamento o foco central de suas barganhas, mas a

posição destacada da qual se julgava merecedora frente aos institutos congêneres dos demais estados nordestinos.

Tomada dessa forma a referida escola agrônômica passou a desempenhar um papel regulador em relação ao estado. A partir de 1939 foi concedido àquela instituição o controle sobre os campos de demonstração existentes em território paraibano, cuja função era interferir mais diretamente sobre a realidade dos municípios que os circundavam. Nos termos dos administradores da Escola de Agronomia do Nordeste esses estabelecimentos eram produtos de uma cooperação entre governo federal, estado e município, dentre os quais

a Estação Experimental de Alagoinhas, os aprendizados agrícolas Vidal de Negreiros e João Pessoa, o Horto Florestal Simões Lopes, a Granja São Rafael, as hortas e aviários locais, etc. são aparelhos não somente de ação propriamente agrícola, como também de aprendizado e educação, pelo emprego dos mais modernos processos de cultura do solo. (A UNIÃO, 14 jul. 1940, p. 2).

Embora se julgasse um instituto científico de amplitude nordestina, essa Escola enraizara-se profundamente no estado paraibano, direcionando suas ações mais efetivas sempre sobre a política e sociedade dessa comunidade, assim sendo, não se tratava de uma instituição que se propunha a transformar o Nordeste, mas que pretendia se posicionar nas relações hierárquicas dessa unidade regional.

Solidificadas suas tradições no campo discursivo a notícia segue com as propostas inovadoras que envolveram a fundação dessa organização escolar para a sociedade leitora daquele periódico. Nos termos do diplomando Octávio Symphorio de Oliveira

A Escola de Agronomia do Nordeste é bem a expressão da Parahyba progressista e do Brasil que se reforma, do povo que trabalha e de uma raça que se civiliza com os olhos investigadores da ciência agrônômica e da arte agrícola moderna. (OLIVEIRA, 18 dez. 1937, p. 7).

Os olhos investigadores da ciência agrônômica prometia a civilização desse homem nordestino, corroborando ao progresso nacional, que nos termos do referido periódico estava sendo administrado pelo governo Getúlio Vargas. A inovação que perpassava esses índices, porém, refletia um pioneirismo que de modo algum correspondia à realidade: tratava-se da décima primeira instituição de ensino superior agrônômico do país e quarto da assim chamada região nordestina. Intitulava-se, portanto, Escola de Agronomia do Nordeste, apoderando-se do título maior e homogeneizante concedido mediante uma territorialidade geopolítica, na tentativa de construir uma hierarquia. Dessa forma se na cidade a hegemonia sobre os antigos estados do Norte sempre esteve associada a Pernambuco e secundariamente à Bahia ou Ceará, essa elite do brejo paraibano tentava assegurar para si a hegemonia sobre o meio rural, que mediante os termos apresentados seria ainda mais importante, visto o caráter necessariamente agrário da economia da região.

É interessante notar como diante do cenário apresentado há uma mudança de perspectiva também nos usos desses conceitos. Em 1934, quando sua criação ainda era incerta, os intelectuais paraibanos tratavam-na por *Escola de Agronomia da Paraíba* ou *Escola Federal Agrônômica*, de modo que apenas quando certificada a sua inauguração que o nome *Escola de Agronomia do Nordeste* começou a circular de modo mais corrente no periódico oficial do Estado. Seu uso representou nesse contexto um ato político muito bem direcionado: em nome da ciência não era a vida do homem do



campo ou a economia do meio rural que se pretendia transformar, era antes o destino dos investimentos políticos e econômicos federais quando pensadas as melhorias sociais dessa região que se fazia representar homogênea por sua elite.

Diante da trama encadeada é preciso revolver a direção de análise sobre a propaganda referida para o seu compositor. Àquele momento o discurso do senhor Octávio Symphorio de Oliveira apresentou a melhor síntese da proposta estatal veiculada pelos membros dessa instituição educativa em seus primeiros anos de funcionamento. Aspecto esse que necessariamente remete ao caráter subjetivo da constituição desses espaços sociais e apresenta a contradição necessária à existência da história em todo universo de análise: não foram apenas os gestores que falam em nome dos estabelecimentos escolares, mas, também os educandos, servidores e comunidades que interferiram profundamente no seu cotidiano e na sua representação de si.

Todavia, o contexto apresentado diz mais do que isso. Ele faz pensar que tipo de profissional cruzava os portões daquela instituição ao final dos cursos. Mas, qualquer generalização a partir dessas informações seria equivocada. O discente Octávio Symphorio de Oliveira não foi orador da primeira turma de técnicos agrícolas daquela instituição de ensino por representar o grupo de educandos com o qual se formara. Foi antes o melhor adepto e colaborador do discurso pedagógico que os gestores da Escola de Agronomia do Nordeste e todo o conjunto político que a cercava institucionalmente pregava.

É claro que isso não significa que os discentes não concordassem com os termos veiculados por seus professores e colega, ou que haja um discurso homogêneo entre os administradores de um mesmo grupo institucional. As relações são muito mais complexas que isso. Entretanto, também não há uma dispersão completa de ideologias, acreditá-la seria incorrer no erro de desconsiderar as variáveis hierárquicas presentes na construção social. Nesse sentido, o poder não é apenas o exercido. Ele de fato existe materialmente através da posse de meios de produção ou controle ideológico e é assenhoreado historicamente através da organização das necessidades humanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crise que abalou o mundo contornado pela hegemonia capitalista os intelectuais brasileiros que ocuparam a máquina estatal deram forma a um novo projeto de Estado Nação. Tomando como base a crise das oligarquias agrárias, a nova conformação da administração pública tratou de estatizar o movimento modernista, ensaiando um programa de fortalecimento e centralização do poder nas mãos do governo federal.

Depois da acomodação das oligarquias rurais com o poder estatal acordadas em razão do envio de recursos públicos durante a seca de 1932, pelo então ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida, o estranhamento desses latifundiários com a administração dos ditos revolucionários de 1930 se fez mais amena. Desde então os gestores públicos paraibanos seguiram com cautela na afirmação da política getulista de modernização do poder público e sociedade em geral. Se nacionalmente o presidente aperfeiçoava suas habilidades de negociação, localmente as mudanças seguiam um movimento ainda mais lento, visto que uma lógica patrimonialista conservadora continuava imperando entre os tradicionais donos do poder.

A Escola de Agronomia do Nordeste localizava-se, assim, como uma reação ao movimento citadino que represava o meio rural no passado e na tradição, mas sabia de antemão que essa batalha ideológica não seria fácil. À medida que a elite local desistia

de criar um curso de bacharelado em Direito, responsável pela afirmação do poder aristocrático dos coronéis até a década anterior, e "cedeu" o controle sobre os homens do campo, outrora pautado, prioritariamente, na moral, para a ciência agrônoma, as oligarquias rurais paraibanas insistiram em manter seus privilégios comerciais e latifundiários. Essa clara percepção do significado que a criação da referida instituição possuiu, entendeu não só as propostas inovadoras dessa escola, mas também a presença constante de um grupo consciente de seus interesses. Afinal, seu currículo também foi responsável pela procriação de intelectuais capazes de amplificar tudo isso ao passo que as necessidades do momento fossem aparecendo.

Mas antes de render esse estabelecimento a uma teoria da conspiração, que as encruzilhadas das fontes muitas vezes promovem, é preciso denunciar a ilusão da homogeneidade de um grupo. Por se tratar de uma instituição educativa, a Escola de Agronomia apresentou desde os seus primeiros suspiros a heterogeneidade de experiências que circundavam os seus membros: ela estava assim composta por professores e educandos, com objetivos tão diversos para com a unidade social do qual faziam parte quanto se queira. E convidava ainda toda a sociedade produtora de um pretense Nordeste, cujo título insistia em se valer, para conhecer a ciência agrônoma da qual se dizia detentora.

Não havia menção, no entanto, aos servidores, que entravam na sua agenda de pagamentos e permitiam a existência e parte do funcionamento do seu espaço físico, que sempre foi destacado em suas propagandas. Não eram, portanto, *homens de ciência*, pré-requisito à caracterização desse estabelecimento educativo, apontando o caráter elitista de uma Escola, cuja finalidade seria a permanência de uma prática política pautada no mandonismo dos coronéis.

## REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. João Pessoa: EDUFPG, 2013[2006].

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 1980[1957].

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande: UFCG, 2006[2001].

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere v.2: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014[1932].

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere v.1: introdução ao estudo da filosofia/a filosofia de Benedetto Croce**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013[1933].

HOBSBAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b[1970], p.22-35.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995[1994].

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalibos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ROMERO, Arnaldo. **O Sentido da Reforma**: o estatuto da universidade de Francisco Campos em um Brasil em transição. In: Anais eletrônicos da X Jornada do HISTEDBR. Campinas: HISTEDBR, 2011.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e intervenção estatal**: Paraíba (1930-1940). João Pessoa: UFPB, 2000[1999].

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## FONTES

OLIVEIRA, Octávio Symphorio de. Discurso. In: PARAIBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 18 de dezembro de 1937.

PARAIBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 13 de janeiro de 1934.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 21 de janeiro de 1934.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 18 de dezembro de 1937.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 25 de janeiro de 1940.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 14 de julho de 1940.